

Limite de dívida de Estado será fixado pelo Congresso

BRASÍLIA — O governo deverá enviar ao Senado, na próxima semana, projeto de lei alterando os limites de endividamento dos estados, isto é, quanto os estados poderão emitir em títulos para saldar suas dívidas, e também fixando novos prazos de carência para a rolagem das dívidas estaduais. Além de um tratamento global para a dívida dos estados, o projeto estabelecerá também mecanismos de renegociação da dívida caso a caso.

A informação é do governador do Ceará, Tasso Jereissati, que ontem à tarde esteve reunido com o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, discutindo a renegociação da dívida do seu estado. Segundo ele, o governo está definindo esta semana as fontes de recursos para a rolagem das dívidas, e uma das hipóteses aventadas é o fim do subsídio ao trigo, que consumiu, no ano passado, CZ\$ 26 bilhões dos cofres do Tesouro.

— Nós sabemos que o governo federal está numa situação difícil e, por este motivo, é

preciso se estabelecer prioridades para a aplicação dos recursos disponíveis — afirmou.

Além da definição das fontes de recursos o governo está fazendo também um levantamento do montante das dívidas dos estados e traçando seu perfil. A dívida do Ceatá, por exemplo, é principalmente atraso na folha de pagamento. Para liberar os recursos, no entanto, o governo exigirá uma contrapartida dos estados que será a redução substancial das despesas.

— Os estados receberão os recursos concomitantemente com o ajuste de suas contas — informou Jereissati.

O projeto estabelecerá um prazo de carência para o pagamento dos empréstimos que somente começarão a ser efetuados quando os cofres dos estados sentirem os efeitos da reforma tributária em elaboração na Assembleia Nacional Constituinte, que irá definir uma nova distribuição de receitas entre estados, municípios e União.